

Caminhos da emancipação social por Boaventura de Sousa Santos e o espaço público

Robertha G. Galdino de Barros (1) César Henriques Matos e Silva (2)

(1) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA/UFS, Brasil.
E-mail: roberthadebarros@gmail.com

(2) Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFS, Brasil. E-mail: cesarmatos.br@gmail.com

Resumo: *Este trabalho pretende discutir os fundamentos sociológicos da emancipação social desenvolvidos por Boaventura de Sousa Santos e situar as possibilidades emancipatórias produzidas no espaço público da cidade, que guardam os significados de reconhecimento e pertencimento do lugar. A primeira parte faz uma explanação sucinta sobre o percurso de dominação do conhecimento científico a partir da ciência moderna. A seguir, é apresentada a crítica do modelo de racionalidade por essa nova emancipação social a partir do reconhecimento das diversas formas de conhecimento. Neste sentido, os caminhos apontados por Boaventura de Sousa Santos são as sociologias das ausências e das emergências, e o que o autor denomina trabalho de tradução, procedimento sociológico que completa esta tríade de possibilidades elencadas para uma nova emancipação social.*

Palavras-chave: *Emancipação social; Boaventura de Sousa Santos; Espaço público*

Abstract: *This article aims to discuss the paradigm of social emancipation, developed by sociologist Boaventura de Sousa Santos, and the possibilities of emancipation in public spaces. The first part of the article brings an explanation about the paths of the scientific knowledge since the modern science. Then, it presents his critique of this model of western rationality through this new social emancipation by recognition of the various ways of knowledge. In this respect, Boaventura de Sousa Santos presents three sociological procedures, which are the sociology of absences, the sociology of emergence and the work of translation.*

Key-words: *Social emancipation; Boaventura de Sousa Santos; Public space.*

1. INTRODUÇÃO

As sociedades modernas têm como característica básica o debate sobre a diferença. O conhecimento científico, produto desta modernidade, permitiu progressos técnicos incontestáveis, mas trouxe, entretanto, possibilidades de subjugação e de dominação. Esse domínio se dá corriqueiramente pela ocultação das outras formas de narrar o mundo, ou seja, dos diversos conhecimentos produzidos por diferentes povos e culturas. Trata-se de conhecimentos envolvidos nas experiências sociais, esboçadas neste trabalho como práticas de emancipação social. É o que Boaventura de Sousa Santos designa como *senso comum emancipatório*. (SANTOS, 2002, p.109).

O acesso a essas experiências torna-se fundamental a partir da compreensão de que o saber científico é incompleto, assim como todas as formas de conhecimento. Na medida em que os diálogos e os conflitos possíveis são reconhecidos nesses diferentes saberes poderão se figurar, eventualmente, em formas híbridas de conhecimento emancipatório, que considere a pluralidade e a riqueza dos saberes multiculturais postos no mundo.

O presente trabalho tem como objetivo, portanto, situar possibilidades emancipatórias produzidas nos espaços públicos da cidade, que guardam os significados de reconhecimento e pertencimento do lugar, “já que o cidadão contém a cidade, e ao mesmo tempo está contido nela” (MEDEIROS NETA, 2010,

p. 214). Assim, a primeira parte deste trabalho faz uma explanação sucinta sobre o percurso de dominação do conhecimento científico a partir da ciência moderna. A seguir, é apresentada a crítica do modelo de racionalidade por essa nova emancipação social a partir do reconhecimento das diversas formas de conhecimento. Neste sentido, os caminhos apontados por Boaventura de Sousa Santos a partir de novos fundamentos sociológicos são *as sociologias das ausências e das emergências*, e o que o autor denomina *trabalho de tradução*, procedimento sociológico que completa esta tríade de possibilidades elencadas pelo autor para uma nova emancipação social.

2. O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E SUA FORMA PRIVILEGIADA

A reflexão proposta nesta seção pretende contextualizar como a ciência moderna historicamente passou a considerar o conhecimento científico como absoluto, já que, segundo Boaventura de Sousa Santos, foi a partir daí que a emancipação social tornou-se um subproduto do projeto moderno, que sempre esteve ligado a questões inerentes a dominação hegemônica dos países ricos.

Foi a partir do século XVII, que as sociedades ocidentais iniciaram um processo de seletivização da forma de conhecimento, que fora designada por ciência moderna. A partir daí, então, as ciências predecessoras passaram a ser desconsideradas no âmbito dos grandes debates sobre conhecimento, porque uma nova forma de conhecimento se autoconcebeu como um novo começo, uma ruptura em relação ao passado, uma revolução científica, como mais tarde viria a ser caracterizada (SANTOS, 2004, p.18). E, ainda segundo o mesmo autor, como as ciências sociais desenvolvidas nos países centrais a partir do séc. XIX extinguiram a sua capacidade de renovação e inovação, deixando de ser proativas e transformadoras, elas assumiram o papel tão somente de legitimar a reprodução da injustiça social cognitiva.

A crise do paradigma dominante se instaurou na medida em que o conhecimento científico estabeleceu, de forma imperativa, uma espécie de padronização, que “invisibiliza” todo e qualquer saber emanado dos domínios sociais. Com isso, a emancipação social produzida pelo paradigma moderno pode ser considerada ilusória.

Desta forma, situando a temática da emancipação social no espaço público da cidade, é que se pretende avançar sobre novas perspectivas que permitam uma nova análise social, que não apenas reproduza o efeito de ocultação e descrédito imposto pela racionalidade ocidental dominante. Uma das manifestações da racionalidade moderna está representada pela figura do plano, do projeto. A pretensa universalidade, funcionalidade e ordenação das coisas no mundo faz do planejamento (do espaço) a mola-mestra da modernidade.

O espaço público urbano encerra em si uma potencialidade transformadora: é o lugar do confronto e da espontaneidade, que se contrapõe à racionalidade do planejamento. É também o lugar da liberdade em seu sentido moderno, segundo Caldeira (2000)¹. Muito mais do que ser entendido como espaço urbano coletivo, acessível a todos, ele é, acima de tudo, um espaço político (SILVA, 2014).

O ponto de partida para reconhecer a pluralidade de narrativas oriundas de movimentos sociais e ativistas, que são formas de apropriação do espaço público da cidade através de experiências emancipatórias, é a crítica do modelo de racionalidade, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2004). Aqui cabe a seguinte reflexão do autor:

A experiência social em todo mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição social científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Esta riqueza social está a ser desperdiçada e é deste desperdício que se nutrem as idéias

¹ A autora (2000, p. 305) trata do conceito de liberdade na Modernidade que, em contraponto com a liberdade na Antiguidade, está baseado no princípio da universalidade. Mas a própria autora ressalta que “a comunidade política que incorpora a todos os cidadãos nunca existiu”.

que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. Para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim das contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas (SANTOS, 2004, p. 778).

O autor entende que o modelo de racionalidade dominante do conhecimento científico é pautado por uma razão indolente, arrogante, que deve ser substituída por uma razão cosmopolita. O autor procura fundar esse novo modelo de racionalidade cosmopolita em três procedimentos sociológicos, designados por ele de *sociologia das ausências*, *sociologia das emergências* e o *trabalho de tradução*.

A reinvenção da emancipação social seria possível a partir da crítica sobre duas formas de indolência da razão: a *razão metonímica* e a *razão proléptica*, metaforicamente designadas pelo autor ao utilizar as figuras de linguagem metonímia e prolepse. Em poucas palavras, a *razão metonímica* reivindica-se como a única forma de racionalidade, obcecada pelo todo em detrimento das partes do contexto. A *razão proléptica* preocupa-se em antever o futuro, “porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear automática e infinita do presente” (SANTOS, 2004, p. 779-780).

A condição fundamental para recuperar ações emancipatórias desperdiçadas é pensar as dicotomias para além dos arranjos de poder, assim, se revelariam outras relações e articulações que têm sido ofuscadas e “invisibilizadas” pelas dicotomias dominantes. Para tanto, a sociologia das ausências traz a seguinte reflexão:

Pensar o Sul como se não houvesse Norte, pensar a mulher como se não houvesse o homem, pensar o escravo como se não houvesse senhor. O pressuposto deste procedimento é o que a razão metonímica, ao arrastar estas entidades para dentro das dicotomias, não o fez com pleno êxito, já que fora destas ficaram componentes ou fragmentos não socializados pela ordem da totalidade. Esses componentes ou fragmentos tem vagueado fora da totalidade como meteoritos perdidos no espaço da ordem e insusceptíveis de serem percebidos e controlados por ela.” (SANTOS, 2004, p.786).

Desta forma, a racionalidade cosmopolita traz como alternativa à razão metonímica, a *sociologia das ausências* e à razão proléptica, a *sociologia das emergências*. Portanto, o sentido central da aplicação desses fundamentos sociológicos é justamente evitar o desperdício da experiência social, reconhecendo a apropriação do espaço público da cidade pela sociedade civil organizada, pelos habitantes da cidade.

3. PARA UMA SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E UMA SOCIOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS

O procedimento *sociologia das ausências* tem como objetivo empírico tornar visíveis as manifestações sociais ocultadas ou marginalizadas e com base nisso, transformar as ausências em presenças, centrando-se nos fragmentos da experiência social não-socializados pela totalidade metonímica. A sociologia das ausências visa demonstrar que o que não existe (as experiências sociais ocultadas) é, no fundo, produzido pelo pensamento hegemônico como não-existente: “estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes (...) são, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas” (SANTOS, 2004, p. 789).

Para tanto, Santos (2004) propõe cinco tipos de ecologias, como uma espécie de recurso metodológico para colocar em prática a *sociologia das ausências*: a ecologia de saberes, que visa substituir a monocultura do saber e do rigor científico; a ecologia das temporalidades confronta a lógica da monocultura do tempo linear; a ecologia dos reconhecimentos confronta a lógica da classificação social, cuja produção da ausência centra-se na desqualificação dos agentes sociais; a ecologia das

trans-escalas, que se contrapõe à lógica da escala global através da recuperação do local, do específico; e, finalmente, a ecologia da produtividade que, no domínio da lógica produtivista, consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção.

Assim, a *sociologia das ausências* pretende identificar como acontece o desperdício das experiências. Como afirma Santos (2004, p. 789), “tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, a sua credibilidade pode ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas poderem ser objeto de disputa política”.

Entendemos o espaço público urbano como um dispositivo de manifestação, é uma superfície que torna visível (presente) as experiências que de outro modo estariam ocultas (ausentes). Podemos aqui inverter as noções comuns de superficialidade e profundidade. No senso comum, por exemplo, dizemos ser necessário “aprofundar” uma reflexão ou discussão, enquanto que “manter-se na superficialidade” de uma questão significa restringir-se aos seus aspectos mais visíveis e não-significativos e, assim, não abordar os aspectos mais relevantes. Em se tratando de espaço público, ocorre o inverso: a visibilidade é relevante. Estar na superfície é importante para que se possa ver, saber e conhecer. No espaço público de nossas cidades podemos de fato ver e comprovar (para que cada um interprete a seu modo) o quanto a criatividade e a necessidade podem gerar novas atividades econômicas (comércio ambulante), mas também o quanto as contradições sociais podem gerar formas precárias de uso e apropriação do espaço (moradores sem-teto). Em sua dimensão política, o espaço público materializa na escala local a *sociologia das ausências* de Santos (2004), dando visibilidade às ausências e transformando-as em presenças.

Numa democracia, a transparência (de processos, de relações) é extremamente importante. Assim, a noção de superfície passa a ter um sentido positivo, ligado à visibilidade, ao tempo em que a ideia de profundidade remete à escuridão, onde nunca se sabe exatamente quais são e onde estão os objetos lá existentes – e quem os manipula ou controla. Os aspectos tidos como mais profundos (como raízes que parecem fixas, imutáveis) de uma realidade social devem ser trazidos à superfície, se queremos que todos os vejam – e sejam transformados. Uma das definições de política pode ser então este movimento de “trazer à superfície” alguns aspectos da construção de uma sociedade, para que possam ser vistos por todos. Trazer à esfera pública, portanto (SILVA, 2014).

Em linhas gerais, a *sociologia das ausências* é um exercício contrafactual (SANTOS, 2004, p. 789), que pretende confrontar-se com o senso comum científico tradicional. Por isso, exige imaginação sociológica que permita avançar epistemologicamente e democraticamente para reconhecer as experiências sociais existentes no mundo.

A *sociologia das emergências* pretende investigar as alternativas que permeiam o horizonte das possibilidades concretas, levando em conta a ampliação simbólica dos saberes. A *sociologia das emergências* revela-se, com isso, por via da amplificação destas pistas, que poderão ocorrer em cinco campos sociais, elencados a seguir: experiências de conhecimentos; experiências de desenvolvimento, trabalho e produção; experiências de reconhecimento; experiências de democracia e; experiências de comunicação e de informação. Segundo Santos (2004, p. 796), na ciência moderna a realidade e a necessidade não precisam da possibilidade para dar conta do presente ou do futuro. Para o autor “a possibilidade é o movimento do mundo”, contudo é uma categoria modal negligenciada pela modernidade. São três as formas de manifestação das possibilidades:

Ambas as sociologias, a da ausência e a das emergências, ampliam o presente. Mas enquanto a primeira o faz “juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímia” (*idem*, 2004, p. 796), a sociologia das emergências o faz incorporando as possibilidades e as expectativas futuras que ele, o presente, comporta. À esperança contrapõe-se a frustração que, entretanto, não pode ser blindada. É possível, ainda assim, atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração. As expectativas sociais, portanto, movem a *sociologia das emergências*. Essas expectativas são contextuais, concretas e radicais, porque “no âmbito dessas possibilidades e

capacidades, reivindicam uma realização forte que as defenda da frustração. São essas expectativas que apontam para os novos caminhos da emancipação social, ou melhor, das emancipações sociais” (Santos, 2004, p. 798).

O trabalho de tradução representa uma alternativa para interpretar as experiências de emancipação social, bem como os seus agentes, no sentido de compreender que todas as culturas são incompletas e podem enriquecer e serem enriquecidas pelo diálogo e confrontos com outras culturas. O trabalho de tradução cria as condições necessárias para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência (SANTOS, 2004, p.814-815).

O trabalho de tradução é complementar à sociologia das ausências e à sociologia das emergências, portanto, se constitui em alternativa para interpretar os saberes e as práticas, bem como os seus agentes, além de tentar esclarecer o que une e o que separa os diversos movimentos e as diferentes práticas.

O conceito de “para-formalidade”, desenvolvido pelo coletivo argentino GRIS², pode ser interpretado como um *trabalho de tradução*, pois nos ajuda a compreender, na escala do espaço público, como se dá esta relação entre racionalidades dominantes e outras formas de experiências sociais (Rocha *et al.*, 2015). O para-formal está na fronteira, nas frestas, para além da oposição entre o formal (formado) e o informal (em formação), e se expressa em figuras como o morador de rua, o ambulante, o catador etc., em “espaços não regulados, espaços anarquistas, onde se produzem atividades que tendem a subverter as leis da economia tradicional, do urbanismo e das relações humanas, que podem gerar mudanças importantes, tanto teóricas como práticas, na maneira de pensar e planejar a cidade” (*idem*, 2015, p. 1-2). Ao se manifestar no espaço público, o “para-formal” gera disputas e opiniões diversas. Como afirma Rosalyn Deutsche (1996), “o espaço social é produzido e estruturado pelo conflito”. Neste sentido, o espaço público torna visível novas experiências de ação para além do desenho urbano projetado.

Aliás, com respeito ao caráter conflitivo do espaço público, Miles (2001) questiona a idealização, nascida da sociedade burguesa moderna, do espaço público como um lugar da democracia, onde pessoas diferentes podem de alguma maneira conviver. Para o autor, ao longo de diversos momentos da civilização humana o espaço público não tem sido um “local de conquista do poder social”, mas de sua manutenção. Na maioria das vezes, os espaços urbanos abertos eram apropriados por grupos sociais hegemônicos para exibição do seu poder, quase sempre o poder do Estado.

Entretanto, entendemos o espaço público como uma *possibilidade*, a ser usufruída ou não, a ser conquistada, de democracia. Se o espaço público não é o lugar onde a política necessariamente se instaura, ele de certo contém em si, ao menos, a *potencialidade* para tal (SILVA, 2014).

Rocha *et al.* (2015) apontam alguns exemplos de equipamentos para-formais que conquistam seu lugar no cotidiano pelo simples fato de serem úteis e necessários, apesar de normalmente não pertencerem ao aparato do planejamento urbano. O trailer é encontrado em diversas cidades e são utilizados basicamente para lanches e alimentos em geral. Apesar de prejudicarem o fluxo de pedestres nas calçadas e da péssima qualidade estética e sanitária, as pessoas gostam dos trailers por diversos motivos, segundo pesquisa desenvolvida em diversas cidades pelos autores, entre eles por gerar movimento e maior segurança à noite, ou pela variedade de lanches. Outro equipamento para-formal é o “paraciclo inventado”, que pode ser qualquer coisa, como grade, poste, etc., que sirva de apoio para guardar a bicicleta. Este uso “para-formal” de elementos do espaço público é bastante disseminado nas nossas cidades, pois apesar de ser um meio de locomoção importante para muitas

² O grupo Gris Público Americano (GPA) é formado por um grupo de arquitetos argentinos com sede em Buenos Aires, integrado por Mauricio Corbalán, Paola Salaberri, Pío Torroja, Adriana Vázquez, Daniel Wepfer e Norberto Nenninger.

peças, a bicicleta não é incentivada pelo poder público ou privado e por isso não existem paraciclos adequados, precisando ser improvisados pelos ciclistas. O automóvel é o principal modal na cidade, dominando o espaço das vias em detrimento dos espaços para as pessoas, mas “pedalar na cidade pode ser uma boa forma de senti-la, descobri-la, observando as brechas, as margens, as atividades que acabam passando despercebidas quando andamos de carro ou ônibus” (*idem.*, 2015, p. 8).

Os para-formais, como os ambulantes, ou os usos para-formais de mobiliário urbano são exemplos de experiências no espaço público para além da racionalidade dominante dos planos urbanísticos oficiais. Estas e outras deveriam ser incorporadas à nossa forma de ver e pensar a cidade, como um meio de “combater o desperdício da experiência” (SANTOS, 2004) e como uma forma de resistência e inconformismo à planificação.



Figura 1: Apoio para ambulante e “paraciclo inventado”. Foto: César H. Matos e Silva, 2006.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência moderna assume o papel de grande protagonista na construção do conhecimento. Nas relações entre essa forma privilegiada do conhecimento científico e as formas “periféricas” de produção do conhecimento (filosófico, artístico etc.), incluindo aqui formas de apropriação do espaço público urbano em contraposição aos planos e projetos técnicos, as expectativas e possibilidades de reinventar experiências e práticas sociais emancipatórias no espaço público estão provisoriamente ocultadas, mas existem e são reais.

Este artigo buscou fazer uma análise local, na escala dos espaços da cidade, a partir dos processos de emancipação social tendo como base as reflexões de Boaventura de Sousa Santos, e pretendeu contribuir para qualificação do debate acerca da função da ciência enquanto forma de conhecimento e prática social.

Pode-se compreender com muita clareza alguns pontos fundamentais para as próximas reflexões dos limites e possibilidades em torno da reconstrução da emancipação social pelo prisma da razão cosmopolita. O principal deles foi que a variedade e a amplitude da experiência social em todo o mundo vão além do que a tradição científica ocidental conhece e considera relevante. A riqueza social vem sendo sistematicamente marginalizada e para combater esse processo são necessários mecanismos que possam permitir ações coletivas reais e efetivas, que surtam efeitos positivos para a

vida das pessoas. A possibilidade de transformação social esboçada pelos fundamentos sociológicos (ausências, emergências e tradução) pode levar a repensar as estruturas de organização e função da sociedade.

Assim, os interesses materialistas são conferidos às instituições da ciência moderna, em grande medida porque esses interesses rivalizam com os interesses dos movimentos emancipatórios, como os que têm se reunido nas diversas edições do Fórum Social Mundial (figura 2).



Figura 2: Fórum Social Mundial 2004, em Mumbai, Índia. O FSM é um trabalho de tradução que congrega diversas experiências emancipatórias e promove o intercâmbio entre elas. Fonte: <http://passapalavra.info/2010/02/18919>.

Na escala da cidade, observa-se que, em especial na cidade brasileira contemporânea, conforma-se uma esfera pública baseada em espaços privados e enclausurados. Muitas experiências são desperdiçadas quando da construção de espaços urbanos a partir de projetos políticos-ideológicos homogêneos, como nos fenômenos dos condomínios fechados, shopping centers e outros espaços afins. Aqui não se pode falar em espaço público.

Os projetos urbanísticos oficiais para o espaço público, desenvolvidos e desenhados por instâncias específicas (escritórios de arquitetura ou órgãos públicos de planejamento urbano), muitas vezes não consideram as dinâmicas sociais do lugar e as formas de apropriação dos usuários e emergem como propostas planificadoras e padronizantes.

Na verdade, também não se pode falar em espaço público no singular, pois são muitas e diversas as experiências sociais (mesmo as “ausentes”, como nos mostra Boaventura de Souza Santos) e, por isso, são muitos os espaços públicos. Para que esta pluralidade de fato ocorra, ela deve estar fundada em bases coletivas, de participação e colaboração. Mas de que tipo de produção coletiva está se falando? Muitas vezes, nestes processos de pensar e decidir os rumos da cidade, a participação social ocorre para cumprir uma agenda institucional, baseada na legislação urbana vigente que exige participação e controle social. Na verdade, esses espaços se configuram em uma forma velada de construção coletiva que reproduz e legitima uma emancipação social excludente e ilusória, onde a própria linguagem de chamamento público e os termos técnicos adotados nestes processos são restritivos.

Por fim, entende-se que todo o arcabouço sociológico proposto por Boaventura de Sousa Santos configura-se em alternativa tangível à hegemonia globalizante do modo de produção capitalista, já que se apóia na compreensão de que não há caminho para a justiça social sem uma justiça cognitiva entre as pessoas e suas diferentes culturas.

Diante dos vários saberes que existem no mundo, não podemos trabalhar com um único saber ou com uma teoria geral, apresentada na tradição científica moderna através do caráter hegemônico do método científico experimental, que marginaliza outros tipos de conhecimento, outras experiências sociais. Para Santos (2002), temos que pensar em um pluralismo metodológico, que seriam diálogos e conflitos possíveis entre diferentes formas de conhecimento, evitando, assim, totalidades.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. *Homepage*. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/homepage.php> acessado em: 01/07/2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

DEUTSCHE, Rosalyn. *Evictions, Art and Spatial Politics*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts and London, England, 1996.

MEDEIROS NETA, Olivia Morais de. É possível uma pedagogia da cidade? In: *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n.40, p. 212-221, dez. 2010.

MILES, Malcolm. *Para além do espaço público*. Lisboa: Água Forte, 2001.

REINVENÇÃO da emancipação social. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/emancipa> acessado em: 04/07/2015.

ROCHA, Eduardo; ALLEMAND, Débora Souto; PINHO, Rafaela Barros de; PORTELA, Laís Dellighausen; MUNSBURG, Glauco Roberto. *A cidade "para-formal": controvérsias e mediações no espaço público latino-americano*. XVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belo Horizonte, 2015. Anais Encontros Nacionais da ANPUR: Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, César Henriques Matos e. *Espaços públicos fortes: transformações e ressignificações do centro da cidade de Aracaju*. São Cristovão: Ed. UFS, 2014.